

Reflexões sobre as drogas como objeto de pesquisa histórica

Reflections on drugs as an object for historical research

Luiza Lima Dias

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

dias.lu.lima@gmail.com

Recebido em: 30/03/2019

Aprovado em: 15/05/2019

Resumo: O estudo sobre drogas no Brasil está presente em diversas áreas do conhecimento, embora, historicamente, órgãos estatais tenham procurado quase exclusivamente as perspectivas médicas para embasar legislações e políticas governamentais com relação às substâncias psicoativas. Com o intuito de apresentar outras perspectivas de análise do tema, este artigo propõe uma breve contextualização das drogas na historiografia. Problematicamos o próprio conceito de “droga”, palavra cujos significados podem ser muitos e que geralmente carrega um caráter pejorativo no seu uso cotidiano. Pretendemos, por fim, expor a necessidade de mais trabalhos e olhares que partam das humanidades para essa discussão, uma vez que as perspectivas médico-científicas historicamente dominaram os debates, tanto na academia quanto na esfera pública.

Palavras-Chave: Drogas, Historiografia, Medicina.

Abstract: In Brazil, many areas of research have been studying the topic of drugs, although State policies have historically looked almost exclusively for medicine’s perspectives to support their legislation and government actions regarding psychoactive substances. With the intention to present other perspectives to analyze the topic, this paper proposes a short historiographical contextualization of drugs. The paper problematizes the concept of “drug” itself – which can have many different meanings, often carrying a pejorative feature in its daily use – and exposes the necessity of humanities’ look at the discussion, considering that medical and scientific perspectives have historically dominated the debates, both in the academy and the public sphere.

Keywords: Drugs, Historiography, Medicine.

Introdução

Nos dias atuais, a palavra “droga(s)” é comumente utilizada com um sentido negativo, ligada a problemas sociais – como o vício, problemas de saúde e violência – ou relacionada a práticas governamentais que buscam resolver problemas supostamente causados por determinadas substâncias psicoativas. No entanto, a palavra originalmente “deriva da expressão alemã *droghe vate*, que designava o recipiente onde eram guardadas as ervas secas, ou da holandesa *droog*, que quer dizer seco” (ADIALA, 2011, p. 2), o que indica que esses sentidos foram alterados com o passar do tempo. Um dos principais trabalhos sobre a história das drogas, o livro *Forces of Habit*, do historiador David Courtwright (2001), faz uma distinção entre diferentes tipos de substâncias que se encaixariam dentro do termo “droga”, separando-as entre as “três grandes” – álcool, tabaco e cafeína – e as “três pequenas” – ópio, *cannabis* e coca. Essa divisão leva em consideração não apenas o volume de consumo de tais substâncias ao longo do tempo, mas também o imaginário social construído ao seu redor para que os dois grupos tivessem destinos muito diferentes nos âmbitos político, econômico e cultural.

Atualmente, o emprego do termo “droga(s)” geralmente não abarca todas as substâncias psicoativas – aplica-se mais aos fármacos e ilícitos, excluindo-se substâncias como o café, o álcool e o tabaco. Essa noção parte de um desenvolvimento de uma mentalidade historicamente e culturalmente construída, a qual se tornou objeto de estudo por parte de historiadores que tentam revelar as razões pelas quais algumas drogas adquiriram certos *status* e como diferentes fatores sociais, políticos e econômicos podem forjar as atitudes e seletividades das sociedades em relação a determinadas substâncias. Assim sendo, uma perspectiva histórica diante dessas questões nos parece relevante para discutir os problemas relacionados às drogas na atualidade, uma vez que fornece uma melhor compreensão dos motivos por trás do consumo e do abuso de drogas, bem como exemplifica políticas governamentais que funcionaram ou falharam no passado.

Não pretendemos, superficialmente, reforçar uma ideia de que a função da História seria apenas a de nos fazer aprender com os erros do passado. Buscamos ressaltar a existência de processos históricos que privilegiaram políticas proibicionistas sobre determinadas drogas – veremos que nem todas as substâncias psicoativas foram enquadradas dentro das lógicas de proibição. Ressaltamos, ainda, que essas diferentes políticas têm majoritariamente falhado ao redor do mundo, uma vez que o consumo e o tráfico de drogas continuam crescentes em diversos países e problemas com vício ainda ocupam boa parte dos debates sobre saúde pública. Na realidade, a própria ideia de “falha” pode ser relativizada, uma vez que o “consumo de drogas ilícitas cresce não apesar do proibicionismo também crescente, mas exatamente devido ao mecanismo do proibicionismo” (CARNEIRO, 2002, p. 117), entendendo que essas políticas se aproveitam das consequências do abuso das drogas para garantir lucros e embasar determinados discursos.

“Drug, set, and setting”.

O convívio entre seres humanos e substâncias psicoativas, sejam elas derivadas de plantas e animais ou criadas sinteticamente, é milenar. Entretanto, a distribuição e a história das drogas ao redor do mundo não são homogêneas, uma vez que a maioria das drogas é originalmente do continente americano e/ou esteve diretamente ligada à sua história (CAMPOS; GOOTENBERG, 2015, p. 5) – a *cannabis*, por exemplo, é natural da Ásia, mas se popularizou no Ocidente após a introdução do plantio e comércio na América, principalmente no México (CAMPOS, 2012, p.74). Diversas sociedades que habitavam a América no período pré-colonial tinham uma relação íntima com substâncias psicoativas que eram aplicadas com variados intuitos, normalmente ligados a rituais religiosos e comunitários, cujos usos foram muito modificados após o contato contínuo com os povos europeus e a popularização dessas drogas.

Courtwright (2001) sustenta que o surgimento de um comércio global durante o princípio da Idade Moderna criou uma rota de intercâmbios culturais e comerciais através dos oceanos, abrindo o caminho para o que o historiador descreve como a “revolução

psicoativa” (COURTWRIGHT, 2002, p. 2). O autor define esse conceito como o movimento em que os impérios em ascensão naquele período rapidamente transformaram certas substâncias psicoativas – que eram inicialmente conhecidas apenas por grupos nativos e restritos – em grandes *commodities*, popularizando seu uso e tornando-as acessíveis a todas as classes e gêneros. Em decorrência desse processo, países ao redor do mundo reagiram ao uso massivo das drogas com proibições e restrições a algumas dessas substâncias. Diferentes fatores como a economia, a ciência e os hábitos culturais podem moldar as visões e a seletividade das sociedades com relação a determinadas drogas, o que permite compreender por que o *status* de certas substâncias psicoativas mudou com o tempo.

A folha de coca é um exemplo de uma planta que era inicialmente utilizada com propósitos medicinais, nutricionais e religiosos, mas teve seu significado e suas propriedades transformados com o passar dos anos – chegando a gerar novas drogas, como a cocaína. Durante o período pré-colonial, povos indígenas da região andina tinham tradições bem estabelecidas de consumo das folhas de coca, consequência de um desenvolvimento histórico do conhecimento sobre os modos de se usar a planta. Quando os espanhóis passaram a explorar essa planta, em meados dos anos 1500, usando-a como um intensificador potente para aumentar a disposição dos trabalhadores das minas de prata, as folhas de coca começaram a perder suas conotações iniciais. Problemas com o vício se generalizaram e surgiu a necessidade de que o governo tomasse alguma ação para regulamentar o uso (COURTWRIGHT, 2002, p. 46). Processos semelhantes a esse aparecem repetidamente na história de diferentes drogas, como veremos com o tabaco, e ajudam a entender o surgimento de substâncias como a cocaína e o crack, bem como o crescimento do comércio internacional de drogas e dos mercados ilícitos ligados aos cartéis.

Isolada pela primeira vez em 1860, pelo cientista Albert Niemann, nos Estados Unidos da América (EUA) e na Índia a cocaína começou a ser utilizada como anestésico em cirurgias, mas foi rapidamente identificada como causadora de problemas com o vício e overdose, especialmente entre médicos e pacientes que ainda não tinham total entendimento

sobre a droga (COURTWRIGHT, 2002, p. 50). Até as primeiras décadas do século XX, a cocaína já havia adentrado outros países e diferentes classes sociais, num movimento de popularização da substância que foi parcialmente interrompido pelos entraves entre as potências exportadoras da droga durante as guerras mundiais, mas que voltou com ainda mais força durante os anos 1970 e 1980. Ao final do século, na América do Sul, alguns grupos – especialmente na Colômbia – passaram a desenvolver tecnologias de processamento da coca e estabeleceram rotas com outros países do continente que crescentemente se tornavam consumidores de cocaína. No Brasil, versões diluídas e de pior qualidade da droga, como o próprio crack, se disseminaram entre as classes mais baixas e moradores de rua, o que Courtwright (2002, p. 52) identifica como uma exemplificação da “revolução psicoativa” moderna. Ao redor do mundo, o crescimento do comércio de cocaína e dos grupos que lideravam o tráfico dessa droga levou a uma dura reação de órgãos reguladores em alguns países envolvidos na rota. Notoriamente, a DEA (*Drug Enforcement Administration*) foi fundada em 1973 durante o governo de Richard Nixon nos EUA para operar incisivamente com o objetivo de fechar as portas das rotas de comércio de cocaína, entre outras drogas, no país, além de pressionar as nações envolvidas nesse comércio para que fizessem o mesmo.

A história do tabaco também descreve uma droga que rapidamente se tornou muito popular, mas que, na maioria dos casos, não foi objeto de políticas que procurassem proibir completamente seu consumo, ainda que tenha sido alvo de regulações – no Brasil, por exemplo, optou-se pela taxaço do comércio de cigarros a partir da segunda metade do século XX e, mais recentemente, pela criação de campanhas dos órgãos de saúde contra o uso da substância, além de sanções ao uso em determinados locais. Ao estudar o surgimento do consumo da droga, percebemos que os europeus não estavam verdadeiramente interessados no tabaco antes de princípios do século XVII. Essa data se refere a quando os portugueses começaram a plantar e comercializar produtos do Novo Mundo na África e introduziram a planta em outras regiões da Ásia e da Europa. Conforme explica o

historiador Henrique Carneiro (2004), “uma das razões para a aceitação ecumênica do tabaco foi o seu efeito específico como estimulante do estado de vigília e, portanto, útil, (...) para as necessidades de ampliação da produtividade laboral crescentes na época capitalista” (CARNEIRO, 2004, p. 107). As guerras também serviram como grandes catalisadoras do consumo dessa droga, uma vez que os soldados levavam o tabaco com eles para os países em que estavam batalhando, compartilhando o conhecimento sobre o uso. Já no século XX, com a ajuda de forte publicidade, o consumo de tabaco cresceu exponencialmente após a Primeira Guerra, apoiado no fato de que é uma droga com altos níveis de dependência. “O impacto econômico e a gama de operações dessa indústria a proporcionou uma certa imunidade”¹ (COURTWRIGHT, 2001, p. 191), enquanto outras drogas, como a *cannabis*, não tiveram instituições tão poderosas para apoiá-las e não eram tão cruciais para as economias nacionais.

A variedade de drogas identificadas ao longo da história também permite observar como diferentes contextos e circunstâncias de uso dessas drogas resultam em efeitos e consequências distintos para os usuários e para a sociedade. Segundo o historiador Isaac Campos, “os efeitos das drogas psicoativas são, na verdade, ditados por um emaranhado complexo de farmacologia, psicologia e cultura – ou, ‘*drug, set, and setting*’”² (CAMPOS, 2012, p. 21). Assim, as transformações do uso e do *status* moral de determinadas substâncias, movidas por interesse comerciais ou político, criam uma abertura para o surgimento de questões e situações nunca antes vistas. Entre os povos andinos, o consumo de coca não gerava uma preocupação tão grande quanto geraram e ainda geram os cartéis de tráfico de cocaína, por exemplo. Da mesma forma, os discursos médico-científicos contra o abuso do tabaco, mais fortes a partir do final do século XX, se disseminaram principalmente a partir das questões levantadas por estudos médicos atestando a relação entre o tabagismo e doenças graves (GONÇALVES, 2009, p. 37), os quais foram motivados pela popularização massiva do cigarro como forma de consumo dessa droga.

¹ Tradução livre.

² Idem.

Os casos da coca e do tabaco são apenas alguns dos vários exemplos de drogas que foram incorporadas a diferentes lógicas econômicas e culturais, o que necessariamente cria novas questões e significados para seu uso. Ainda que sob o risco da redundância, esse é um ponto que precisa ser feito repetidas vezes, dado que é crucial para se entender as bases das políticas proibicionistas no Ocidente. A dificuldade dos Estados em exercer um controle pleno sobre o uso das drogas, associada às pressões morais e religiosas, facilitou a consolidação dos discursos científicos sobre essas substâncias, baseando as políticas estatais quase exclusivamente nos números e nas experiências farmacológicas. Assim, especialmente na virada do século XIX para o XX, a ciência médica buscou uma espécie de monopólio dos discursos sobre as drogas (SAAD, 2011, p. 3).

Ao observar o brasão da República Federativa do Brasil, chamado oficialmente de “Armas Nacionais do Brasil”, percebemos a presença dos ramos de duas plantas de onde se extraem substâncias psicoativas – o café e o fumo. Segundo o pesquisador Milton Luz (2005), a justificativa para a inclusão desses ramos é a de que eram dois produtos de grande importância econômica nacional. Entretanto, no momento de definição do brasão essa configuração não era unânime e alguns oficiais preferiam que os ramos fossem substituídos pelo louro e o carvalho, por considerarem que “o fumo simbolizava um vício e o café recordava a escravidão” (CARVALHO, apud LUZ, 2005, p. 130). Essa frase, proferida pelo Diretor da Casa da Moeda em 1894, ilustra o componente moralizante e higienista presente no imaginário social do período. Trata-se de apenas uma mostra de como as drogas estiveram intrinsecamente ligadas à história do Brasil, além de exemplificar a seletividade dos olhares para essas substâncias – a presença, especificamente, do café e do fumo foi uma decisão baseada em critérios majoritariamente econômicos, consequência de políticas que privilegiaram o comércio de tais drogas no lugar de outras.

Imagem 1: “Armas Nacionais do Brasil”



Armas Nacionais do Brasil. Portal do Governo Brasileiro. Domínio público. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Armas_Nacionais_do_Brasil#/media/File:Coat_of_arms_of_Brazil.svg. Acesso em 29/03/2019.

A “revolução psicoativa” na medicina

Especialmente a partir da virada do século XIX para o século XX, quando a “descrença na terapêutica chegava ao máximo, trazendo à tona um enorme ceticismo na classe médica” (TORCATO, 2014, p. 147), experimentos médicos com substâncias psicoativas, tais como os opiáceos, e a emergência da cocaína como anestésico alimentaram um interesse por parte daqueles cientistas em melhor estudar as possíveis aplicações de variadas drogas cujo uso até então encontrava certa resistência entre os médicos. Tratou-se de um momento de criação de novas substâncias e tecnologias – a invenção da agulha hipodérmica na segunda metade do século XIX, por exemplo – que impulsionaram o uso de psicoativos na medicina. Essa onda internacional de experimentos com plantas medicinais, misturando diferentes substâncias e isolando alcaloides, criou uma nova geração de drogas desconhecidas e com efeitos imprevisíveis. Não havia nenhuma tradição por trás do uso de algumas dessas novas drogas e enquanto os cientistas ainda estavam tentando entender quais

seriam as consequências do uso a longo prazo, essas substâncias já começaram a ser distribuídas e propagandeadas ao redor do mundo.

Nesse contexto da virada do século, houve também uma efervescência de novos meios de transporte e inovações tecnológicas e o aparecimento de versões mais baratas de algumas drogas, bem como a emergência de indústrias que introduziram um estilo de vida mais estressante e colaboraram para popularizar estimulantes entre trabalhadores que precisavam suportar muitas horas de trabalho, além dos relaxantes para os períodos de lazer. Conforme explica a historiadora Luísa Saad (2011), “entre o fim do século XIX e o início do século XX houve um processo de consolidação da medicina como saber científico legítimo” (SAAD, 2011, p. 2) que impulsionou um movimento internacional no qual alguns Estados – particularmente no Ocidente – passaram a conferir mais atenção às questões relacionadas à proibição e regulação do comércio de drogas. Nesse fluxo, estabeleceram leis para tentar evitar a concretização do que temiam ser uma generalização do vício e da violência estereotipicamente relacionada às drogas – nos Estados Unidos da América, por exemplo, foi o momento em que diferentes presidentes passaram a adotar a retórica da “Guerra às Drogas” em suas campanhas e como principal bandeira de seus governos, discurso que perdurou no país por praticamente todo o século XX e XXI.

Conforme descreve o historiador Carlos Torcato (2013), foi na transição do fim do século XIX às primeiras décadas do século XX que ganhou força a “construção de uma noção patologizante do uso de drogas [a qual] esteve ligada à ascensão de um grupo de intelectuais que foi responsável pela afirmação da psiquiatria enquanto ciência médica” (TORCATO, 2013, p. 121). Esse processo foi motivado, em parte, pelo aumento do uso de algumas drogas – a morfina é um dos principais exemplos – para consumo fora da esfera médico-científica, associado às políticas e discursos moralizantes que cresciam no âmbito internacional. No México, por exemplo, o consumo de *cannabis* passou a ser diretamente associado com as camadas marginalizadas da sociedade, tais como os imigrantes chineses, os prisioneiros e os soldados, o que contribuiu para a construção da relação da ideia de

degeneração com o consumo de maconha (CAMPOS, 2012, p. 89). Quase simultaneamente aos mexicanos, os Estados Unidos também incorporaram esse discurso moral e patologizante sobre as drogas, especialmente aquelas que se tornavam populares entre os grupos sociais mais segregados da sociedade.

No caso brasileiro, destaca-se o componente sanitarista das pesquisas médicas durante os primeiros anos do século XX. Buscando sistematicamente associar a miscigenação com os problemas sociais da sociedade brasileira, aqueles médicos concentravam “a responsabilidade de sanear a nação, prevenir antes de cuidar, erradicar o mal pela raiz” (SAAD, 2011, p. 6). Nesse contexto, a associação entre o abuso de drogas e as pessoas de classes mais baixas ou de setores marginalizados foi rapidamente estabelecida e legitimada a partir de pesquisas com forte caráter eugenista. Como explica Luísa Saad (2011), a maconha foi o maior alvo desse tipo de discurso que ligava o consumo da droga à sua origem africana e aos grupos considerados degenerados para criminalizar as práticas culturais de negros, índios e mestiços³.

Ao longo do século XX, as pressões internacionais, especialmente dos Estados Unidos, para a adoção de políticas proibicionistas cada vez mais estritas contribuíram para um acirramento da prática de eleição arbitrária de inimigos internos que seriam responsáveis pelos problemas sociais causados pelas drogas (TORCATO, 2014, p. 157). No Brasil, conforme aponta o historiador Julio Adiala (2011), “a criminalização dos entorpecentes (...) foi fruto principalmente da ação direta das potências mundiais, sobretudo Inglaterra e Estados Unidos” (ADIALA, 2011, p. 30) e seguiu uma lógica semelhante de inclusão de perspectivas moralizantes no discurso médico, como já foi citado no caso da maconha. Ainda que posteriormente as teorias higienistas tenham sido criticadas e combatidas dentro da própria ciência, a força daqueles discursos deixou, inevitavelmente, heranças profundas

³ Neste trabalho, optamos por não contemplar, de maneira mais aprofundada, as questões raciais que atravessam a relação entre a construção da República, o uso de drogas e o discurso eugenista. No entanto, ressaltamos tratar-se de um tema rico em possibilidades de estudo, que poderia, por si só, ser objeto de um artigo, além de necessariamente fazer-se presente em quaisquer pesquisas que abordem o debate sobre drogas nesse período.

nos pensamentos científico, político e cultural brasileiros. É a partir desse ponto que podemos tentar compreender como as políticas proibicionistas estabelecidas no Brasil desde o começo do século XX têm sido majoritariamente embasadas em teorias médicas – as quais estiveram inevitavelmente imbricadas de aspectos culturais relativas a seu contexto – reforçando uma certa hegemonia dos discursos biomédicos no senso comum e na academia.

Tais perspectivas científicas se apresentam como um rico objeto de estudo para compreender as mudanças nos discursos que vêm, desde o século XIX, “ora se esforçando em descobrir, isolar e até sintetizar novas moléculas, ora propagando seus malefícios e reivindicando sua proscrição legal” (GOULART; LABATE, 2008, p. 23). São questões como essas que as humanidades têm tentado abordar, embora o tema das drogas seja relativamente recente nessa área. Grupos de pesquisa como o LEHDA (Laboratório de Estudos Históricos das Drogas e da Alimentação) e o NEIP (Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos), ambos na Universidade de São Paulo, bem como o GIESP (Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Substâncias Psicoativas) na Universidade Federal da Bahia são exemplos de centros de estudos sobre as drogas com significativa presença das humanidades. Embora estejam bem estabelecidos atualmente, é importante ressaltar que os grupos de pesquisa sobre o tema, especialmente aqueles que incluem trabalhos historiográficos, são recentes, criados nas últimas décadas com o objetivo de fortalecer a abordagem multidisciplinar do tema.

O fracasso da proibição

São vários os exemplos de políticas proibicionistas que simplesmente fracassaram completamente no objetivo, pelo menos oficial, de acabar com o uso de entorpecentes ou com o comércio legal ou ilegal de drogas. Possivelmente, o mais célebre exemplo desse tipo de fracasso é o da Lei Seca nos Estados Unidos, na década de 1920, que proibiu o consumo e a venda de bebidas alcoólicas em todo o país. O que se assistiu logo em seguida foi a abertura de rotas de comércio ilegal de álcool através principalmente da cidade de Havana, em Cuba. Em 1933, a Lei Seca foi revogada, muito em função da necessidade de se taxar

aqueles produtos e arrecadar recursos para o governo federal que estava tentando se recuperar da Grande Depressão, mas as rotas do tráfico que se estabeleceram durante anos entre os dois países não foram fechadas. Consequentemente, surgiu a demanda por outras drogas, além de opções mais baratas do próprio álcool, que pudessem ser comercializadas na mesma lógica já existente. Por fim, a proibição acabou criando um novo problema, mas ao mesmo tempo serviu a alguns interesses, uma vez que o comércio ilegal também movimentava a economia dos países.

O estudo da história do proibicionismo também permite perceber certo paternalismo estadunidense sobre os demais países do continente americano, numa tentativa de impor suas políticas e de criar uma falsa impressão de pioneirismo. Conforme argumenta Campos (2012), ao contrário do que se é comumente imaginado, o México, por exemplo, teve influência direta nas decisões estadunidenses quanto à legislação sobre a maconha. A participação do México na Convenção Internacional do Ópio em Hague de 1921, considerada a “fundação do controle internacional de drogas no princípio do século XX”⁴ (CAMPOS, 2012, p. 193), definitivamente não significou uma mudança drástica nas políticas mexicanas. Enquanto o país já havia proibido a venda, produção e consumo de maconha em 1920, os Estados Unidos só passaram uma lei proibindo a droga em 1937. Ademais, os argumentos dos estadunidenses se basearam fundamentalmente numa adaptação do discurso mexicano da associação entre a maconha e a degeneração para a sua realidade, convenientemente ligando o uso da droga aos imigrantes latinos e à destruição da família tradicional dos Estados Unidos (CAMPOS, 2012, p. 206).

No Brasil, a primeira lei de tóxicos do país data de 14 de julho de 1921 – mais especificamente, Lei nº 4294 – e basicamente limitava o uso de entorpecentes exclusivamente a aplicações médicas (TORCATO, 2014, p. 144). Observando apenas a data da lei, podemos começar a questionar uma ideia de que o Brasil também teria sido uma mera vítima de imposições dos governos estadunidenses. Se o país já lidava com variadas questões

⁴ Tradução livre.

– nos âmbitos social, científico, político e econômico – sobre as drogas, podemos imaginar que os impulsos e discursos proibicionistas que o levou a criar essa legislação não surgiram apenas diante de uma influência externa. Este nos parece ser mais um exemplo de possível problema histórico a ser pesquisado, uma vez que encontramos poucos trabalhos que levantem essa questão.

A “questão das drogas” na história

Embora o consumo de substâncias psicoativas possa ser identificado entre variadas culturas e há milhares de anos, é apenas a partir do século XX que se pode identificar o aparecimento de uma ideia de “questão das drogas” enquanto problema passível de análise histórica (GOULART; LABATE, 2008, p. 23). Esse processo não se deu de maneira aleatória e não é como se os historiadores estivessem deliberadamente ignorando a existência das drogas até então. Ocorre que a hegemonia científica e médica sobre a área por muitos anos se sobressaiu às demais abordagens sobre o uso de drogas. Foi principalmente a partir da abertura da historiografia aos temas culturais, a diferentes fontes e a novas possibilidades de objeto que outras perspectivas sobre as drogas tomaram corpo, observando as circunstâncias que levaram determinados sujeitos ao local que ocupam nesse debate. Ainda é importante considerar que as ciências médicas não estiveram estagnadas em uma mesma lógica de operação enquanto outras áreas passavam por mudanças, mas suas transformações também são historicizáveis, o que por sua vez constitui parte do campo de estudo da história das ciências.

Não obstante, o recente crescimento desse tema dentro das humanidades trata-se de um objeto que ainda carece de mais trabalhos historiográficos. Ao pesquisar sobre a história das drogas, há inicialmente a impressão de que as fontes primárias seriam o maior obstáculo a ser superado pelos historiadores, considerando-se que tudo o que se sabe sobre o passado das drogas nas culturas das sociedades originais da América provém dos relatos de colonizadores. No continente americano, a maioria das fontes de períodos históricos mais antigos é marcada pela perspectiva estrangeira daqueles que as escreveram, uma vez que

esses documentos foram escritos por missionários que não conseguiam – ou não pretendiam – entender muito bem as diferentes culturas com as quais estavam entrando em contato. Ainda que ofereça desafios, estudos como o das diferenças entre o uso pré-Colonial e Colonial das “drogas” colaboram para entender os problemas sociais criados a partir da revolução psicoativa a que se referia Courtwright (2001).

Surpreende, de certa forma, que o tema das drogas não seja mais explorado pela historiografia. As possibilidades de fontes são vastas – periódicos, teses médicas, decretos oficiais, documentos dos Ministérios das Relações Exteriores ou da Saúde, entre outras – e os possíveis problemas históricos a serem levantados podem aplicar diversos enfoques. Seja com um viés mais político ou mais na área da história da ciência, o fato é que esse é um tema muito rico e cujos recursos estão longe de serem esgotados. Dadas as recentes inquietações a respeito da revisão do proibicionismo ao redor do mundo, com vários países optando pela via da legalização ou da descriminalização das drogas e a crescente ampliação dos debates sobre a eficácia dessas políticas, há a perspectiva de que mais pesquisadores se sintam compelidos a se dedicar à história das drogas.

Nos parece evidente, por fim, que o debate sobre as drogas está incipiente, mas cada vez mais presente no Brasil e no âmbito internacional, com propostas de novas legislações surgindo constantemente e movimentos sociais agindo para pressionar os governos. Nesse sentido, as humanidades têm uma importante responsabilidade de fornecer outras perspectivas de análise que complementem os trabalhos que têm sido desenvolvidos nas áreas das ciências médicas. Em nenhum momento tivemos a intenção de dizer que as ciências médicas devam ser excluídas da discussão, mas entendemos que a histórica hegemonia desses discursos obviamente gerou determinadas consequências na forma como as sociedades enxergam as drogas e, portanto, consideramos que adicionar outras vozes seria a melhor maneira de produzir um conhecimento mais complexo e crítico sobre o tema.

Referências Bibliográficas:

ADIALA, J. **Drogas, Medicina e Civilização na Primeira República.** Tese de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz – Casa de Oswaldo Cruz, 2011.

CAMPOS, I. **Home Grown: Marijuana and the Origins of Mexico's War on Drugs.** North Carolina: The University of North Carolina Press, 2015.

CAMPOS, I; GOOTENBERG, P. **Toward a New Drug History of Latin America: A Research Frontier at the Center of Debates.** *Hispanic American Historical Review*, 95:1. North Carolina: Duke University Press, 2015.

CARNEIRO, H. **As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX.** *Revista Outubro*. São Paulo: IES, vol. 6, 2002.

CARNEIRO, H. **As plantas sagradas na história da América.** *Revista Varia História*. Minas Gerais, vol. 20, n 32, 2004.

COURTWRIGHT, D. **Forces of Habit.** Cambridge: Harvard University Press, 2001.

EDLER, F. C.: **A Escola Tropicalista Baiana: um mito de origem da medicina Tropical no Brasil.** *História, Ciências, Saúde Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol. 9(2):357-85, 2002.

LABATE, B. [et al.], (orgs.). **Drogas e cultura: Novas perspectivas.** Salvador: EDUFBA, 2008.

GONÇALVES, Huener S. **Antitabagismo no Brasil: Da mobilização da comunidade médica à política de saúde pública (1950-1986).** Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História. Minas Gerais: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

LUZ, Milton. **A história dos símbolos nacionais: A bandeira, o brasão, o selo, o hino.** 1ª edição. Reimpressão. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2005.

SAAD, L. **O discurso da Medicina na proibição da maconha.** São Paulo: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2011.

TORCATO, Carlos E. M. **Breve história da proibição das drogas no Brasil: Uma revisão.** *Inter-Legere, Revista do PPGCS/UFRN*. Natal, 2014.

TORCATO, C. E. M. **O uso de drogas e a instauração do proibicionismo no Brasil.** *Sau. & Transf. Soc.*, Florianópolis, v.4, n.2, p.117-125, 2013.